



**CLIPPING INTERNET**  
**13/12/2020 ATÉ 13/12/2020**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG SANDRO VAGNER.....	1
	1.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
2	CENTRAL DE INQUÉRITOS	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	3
3	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	3.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	4
	3.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	5
	3.3 SITE O MARANHENSE.....	6 7
4	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	4.1 BLOG SANDRO VAGNER.....	8
	4.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	9
5	VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	10

## **Maranhão: Parceria entre Vara de Interesses Difusos e Coletivos e UEMA possibilita castração de animais abandonados**

Equipe da UEMA procedendo à castração de um animal

Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão, através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente. O juiz titular Douglas de Melo Martins acompanhou nesta quinta-feira (10) o trabalho dos profissionais da UEMA.

Conforme informações do magistrado, o nome do projeto é Controle de Natalidade de Animais Abandonados, que tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís. “O projeto visa à castração de cerca de 900 animais abandonados. Toda semana são castrados 45 machos e 12 fêmeas, no Hospital Veterinário da UEMA”, explicou o juiz, frisando que é uma constante da unidade judicial a luta pelo bem-estar animal.

### RECURSOS

A parceria entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e UEMA iniciou-se quando da assinatura de acordo entre o Ministério Público e a AMBEV, após sentença condenatória de processo por dano ambiental. Nesse acordo, a empresa ficou de destinar 200 mil reais ao Hospital Veterinário da UEMA. Com esse valor, foram atendidos mais de cinco mil animais de pessoas carentes.

“Mesmo realizando esse trabalho, o número de animais abandonados só cresceu. Daí, partimos para um campo que tivesse mais eficácia, que é a castração desses animais abandonados, visando ao controle da natalidade, sendo o maior programa dessa natureza já feito no Maranhão”, destacou Douglas Martins.

Após novo acordo firmados na unidade judicial, o hospital recebeu cerca de 160 mil reais, valor esse a ser aplicado integralmente nesse projeto. O magistrado enfatiza que os recursos para aquisição dos insumos foram destinados pela vara e a UEMA atua com seus professores e residentes do Hospital Veterinário. “Os animais são levados por ONGs e protetores independentes cadastrados na Vara de Interesse Difusos. Há de se observar que esse projeto não visa tão somente à castração dos animais, mas também é uma luta contra o abandono”, frisou o juiz.

fonte: [tjma.jus.br](http://tjma.jus.br)

## **Maranhão: Parceria entre Vara de Interesses Difusos e Coletivos e UEMA possibilita castração de animais abandonados**

Equipe da UEMA procedendo à castração de um animal

Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão, através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente. O juiz titular Douglas de Melo Martins acompanhou nesta quinta-feira (10) o trabalho dos profissionais da UEMA.

Conforme informações do magistrado, o nome do projeto é Controle de Natalidade de Animais Abandonados, que tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís. “O projeto visa à castração de cerca de 900 animais abandonados. Toda semana são castrados 45 machos e 12 fêmeas, no Hospital Veterinário da UEMA”, explicou o juiz, frisando que é uma constante da unidade judicial a luta pelo bem-estar animal.

### RECURSOS

A parceria entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e UEMA iniciou-se quando da assinatura de acordo entre o Ministério Público e a AMBEV, após sentença condenatória de processo por dano ambiental. Nesse acordo, a empresa ficou de destinar 200 mil reais ao Hospital Veterinário da UEMA. Com esse valor, foram atendidos mais de cinco mil animais de pessoas carentes.

“Mesmo realizando esse trabalho, o número de animais abandonados só cresceu. Daí, partimos para um campo que tivesse mais eficácia, que é a castração desses animais abandonados, visando ao controle da natalidade, sendo o maior programa dessa natureza já feito no Maranhão”, destacou Douglas Martins.

Após novo acordo firmados na unidade judicial, o hospital recebeu cerca de 160 mil reais, valor esse a ser aplicado integralmente nesse projeto. O magistrado enfatiza que os recursos para aquisição dos insumos foram destinados pela vara e a UEMA atua com seus professores e residentes do Hospital Veterinário. “Os animais são levados por ONGs e protetores independentes cadastrados na Vara de Interesse Difusos. Há de se observar que esse projeto não visa tão somente à castração dos animais, mas também é uma luta contra o abandono”, frisou o juiz.

fonte: [tjma.jus.br](http://tjma.jus.br)

## **Animais abandonados são castrados graças a parceria entre Justiça e Uema**

Projeto é "Controle de Natalidade de Animais Abandonados", que tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís

13/12/2020 às 07h24

Animais abandonados são castrados graças a parceria entre Justiça e Uema

Equipe da Uema procedendo à castração de um animal (Divulgação)

São Luís - Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão, através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente. O juiz titular Douglas de Melo Martins acompanhou nesta quinta-feira (10) o trabalho dos profissionais da Uema.

Conforme informações do magistrado, o nome do projeto é Controle de Natalidade de Animais Abandonados, que tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís. “O projeto visa à castração de cerca de 900 animais abandonados. Toda semana são castrados 45 machos e 12 fêmeas, no Hospital Veterinário da Uema”, explicou o juiz, frisando que é uma constante da unidade judicial a luta pelo bem-estar animal.

### Recursos

A parceria entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e Uema iniciou-se quando da assinatura de acordo entre o Ministério Público e a Amabev, após sentença condenatória de processo por dano ambiental. Nesse acordo, a empresa ficou de destinar 200 mil reais ao Hospital Veterinário da Uema. Com esse valor, foram atendidos mais de cinco mil animais de pessoas carentes.

“Mesmo realizando esse trabalho, o número de animais abandonados só cresceu. Daí, partimos para um campo que tivesse mais eficácia, que é a castração desses animais abandonados, visando ao controle da natalidade, sendo o maior programa dessa natureza já feito no Maranhão”, destacou Douglas Martins.

Após novos acordo firmados na unidade judicial, o hospital recebeu cerca de 160 mil reais, valor esse a ser aplicado integralmente nesse projeto. O magistrado enfatiza que os recursos para aquisição dos insumos foram destinados pela vara e a Uema atua com seus professores e residentes do Hospital Veterinário. “Os animais são levados por ONGs e protetores independentes cadastrados na Vara de Interesse Difusos. Há de se observar que esse projeto não visa tão somente à castração dos animais, mas também é uma luta contra o abandono”, frisou o juiz.

## **Animais abandonados são castrados graças a parceria entre Justiça e Uema**

Projeto é "Controle de Natalidade de Animais Abandonados", que tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís

13/12/2020 às 07h24

Animais abandonados são castrados graças a parceria entre Justiça e Uema

Equipe da Uema procedendo à castração de um animal (Divulgação)

São Luís - Uma parceria firmada entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e a Universidade Estadual do Maranhão, através do Hospital Veterinário, está possibilitando a castração de animais abandonados. De acordo com a unidade judicial, estão sendo realizadas 57 castrações semanalmente. O juiz titular Douglas de Melo Martins acompanhou nesta quinta-feira (10) o trabalho dos profissionais da Uema.

Conforme informações do magistrado, o nome do projeto é Controle de Natalidade de Animais Abandonados, que tem como objetivo conter o aumento de animais abandonados nas ruas de São Luís. “O projeto visa à castração de cerca de 900 animais abandonados. Toda semana são castrados 45 machos e 12 fêmeas, no Hospital Veterinário da Uema”, explicou o juiz, frisando que é uma constante da unidade judicial a luta pelo bem-estar animal.

### Recursos

A parceria entre a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha e Uema iniciou-se quando da assinatura de acordo entre o Ministério Público e a Amabev, após sentença condenatória de processo por dano ambiental. Nesse acordo, a empresa ficou de destinar 200 mil reais ao Hospital Veterinário da Uema. Com esse valor, foram atendidos mais de cinco mil animais de pessoas carentes.

“Mesmo realizando esse trabalho, o número de animais abandonados só cresceu. Daí, partimos para um campo que tivesse mais eficácia, que é a castração desses animais abandonados, visando ao controle da natalidade, sendo o maior programa dessa natureza já feito no Maranhão”, destacou Douglas Martins.

Após novos acordo firmados na unidade judicial, o hospital recebeu cerca de 160 mil reais, valor esse a ser aplicado integralmente nesse projeto. O magistrado enfatiza que os recursos para aquisição dos insumos foram destinados pela vara e a Uema atua com seus professores e residentes do Hospital Veterinário. “Os animais são levados por ONGs e protetores independentes cadastrados na Vara de Interesse Difusos. Há de se observar que esse projeto não visa tão somente à castração dos animais, mas também é uma luta contra o abandono”, frisou o juiz.

## **Audiências de Custódia por vídeo respeitam direitos do preso em Imperatriz**

A Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz inaugurou, na sexta-feira (11), a primeira audiência de videoconferência conforme parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 357, de 26 de novembro de 2020, a fim de garantir o direito da pessoa presa em flagrante delito, de ser ouvida com segurança, privacidade e integridade física.

Essa norma dispõe sobre a realização de audiências de custódia por videoconferência, telefone ou outro meio de comunicação, quando não for possível a realização, em 24 horas, da forma presencial, como acontece atualmente durante a pandemia da Covid-19, dentre outras situações.

O local onde a audiência de custódia se realiza deve ter monitoramento eletrônico de imagem e áudio, onde o preso fica custodiado e no percurso que segue até ser ouvido, a fim de se verificar se ele permanece sozinho até o momento da escuta e que será ouvido pelo juiz, promotor de Justiça - se for o caso, advogado ou defensor público, na audiência.

Em parceria com o Ministério Público (3ª e 8ª promotorias de Justiça), Defensoria Pública, seccional da OAB de Imperatriz, e ICRIM, foi montada, na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz, a estrutura necessária para atendimento das condições exigidas pelo CNJ, para resguardar a pessoa presa de eventual agressão ou ameaça.

Por meio dessa parceria, foi providenciada a estrutura necessária para o monitoramento da movimentação do custodiado durante a audiência de custódia, com a aquisição de três câmeras de vídeo com registro de áudio, computador (Tribunal de Justiça) com webcam, acesso à internet (SEAP) e aplicativo instalado no telefone celular, do juiz, do promotor, advogado ou defensor público. A gravação realizada é armazenada no próprio aplicativo, para acesso pelas autoridades participantes da audiência.

### **PARCERIA INSTITUCIONAL**

A juíza destacou que a parceria institucional resultou na implementação da estrutura exigida pelo Conselho Nacional de Justiça para a garantia de direitos nesse período pandêmico, em uma data especial, em razão da passagem do Dia Nacional dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro, e pela forma que se deu, por meio do diálogo e parceria interinstitucional.

"Na Central de Inquéritos e Custódia de Imperatriz andamos sempre junto com o Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e ICRIM, contando com o apoio da sociedade civil organizada para a implementação de instrumentos objetivando o resguardo dos direitos humanos. Afinal, ninguém faz nada sozinho", ressaltou a magistrada.

A juíza informou, ainda, que, em decisão liminar do dia 10 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal autorizou, nos autos da Reclamação (RCL 29303 AGR / RJ), sob a relatoria do ministro Edson Fachin, a ampliação da

realização de audiência de custódia em todas as modalidades prisionais, "inclusive prisões temporárias, preventivas e definitivas", ampliando, assim, a demanda da Justiça estadual. Na ação, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro ajuizou reclamação contra ato normativo do Tribunal do Justiça do Estado, que teria limitado a realização de audiências de apresentação aos casos de prisões em flagrante.

## **MPMA adere ao combate do sub-registro no Maranhão**

O Ministério Público do Maranhão formalizou na manhã desta sexta-feira, 11, a sua adesão ao combate do sub-registro de nascimento no estado. O protocolo de intenções foi assinado pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, em cerimônia realizada na sede do Tribunal de Justiça, em São Luís.

O evento marcou o final da Semana de Mobilização e Combate ao Sub-Registro no Maranhão, iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça, em conjunto com o TJ e a Escola da Magistratura.

O objetivo do protocolo é promover a integração de instituições e autoridades para buscar soluções a fim de erradicar o problema. Com a oficialização do protocolo, a Semana de Mobilização vai integrar o calendário anual permanente do Poder Judiciário.

Na avaliação do procurador-geral de justiça, o sub-registro já deveria ter sido erradicado em nosso país e todas as iniciativas para combater esse problema contarão com a participação efetiva do Ministério Público. "A dignidade começa quando existe a certidão de nascimento. Vamos lutar para que o direito de todo cidadão ter um registro civil seja respeitado", afirmou Eduardo Nicolau.

A opinião do corregedor-geral da Justiça, desembargador Paulo Velten, é semelhante: "o registro civil pode resolver parte importantíssima das mazelas em nosso país".

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, declarou sua satisfação em participar do evento e afirmou que a falta de registro de nascimento resulta na negação de outros direitos. "Eu não posso falar em garantia de direitos e em políticas públicas se essas pessoas são invisíveis. Não dá mais para ignorar o sub-registro no Brasil. Combater essa situação é uma das necessidades mais urgentes de nosso país".

## **Combate a violência doméstica é tema de debate promovido pelo Ministério Público**

O Ministério Público do Maranhão promoveu, na manhã desta quinta-feira, 10, na Casa da Mulher Brasileira, localizada no bairro do Jaracati, um debate com entidades do terceiro setor acerca das formas de combate à violência doméstica. O evento foi coordenado pelas promotoras de justiça Selma Martins e Doracy Moreira Reis Santos, titulares da 1ª Promotoria Especializada na Defesa da Mulher e da 1ª Promotoria Especializada de Fundações e Entidades de Interesse Social, respectivamente.

Também estiveram presentes na discussão profissionais que atuam na área, como a comandante da Patrulha Maria da Penha da Polícia Militar do Maranhão, a coronel Maria Augusta de Andrade Ribeiro; a delegada da Polícia Civil Kazumi Tanaka, representando a Delegacia Especial da Mulher; o representante da 2ª Vara da Violência Doméstica, o assessor Wilson Carvalho; e as assistentes sociais Milene Ferreira, Lila Barbosa e Luana de Barros, representando a Defensoria Pública e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, respectivamente.

Selma Martins destacou a importância do evento como forma de levar informação sobre as instituições responsáveis pela proteção de mulheres vítimas de violência. "Infelizmente muitas pessoas não conhecem a Casa da Mulher Brasileira. Portanto, é muito importante a realização de ações junto a entidades do terceiro setor, porque são as pessoas que atuam lá que conhecem de perto as vítimas. Assim, elas podem incentivar as mulheres a denunciarem os agressores", disse a promotora.

Doracy Moreira ressaltou o papel das lideranças comunitárias na atuação do combate a toda forma de violência contra a mulher. "O nosso encontro também tem o objetivo de promover uma reflexão. Por isso é necessário uma mudança de comportamento, especialmente nas comunidades e na família, para que a violência doméstica não seja mais relativizada e, portanto, não tenha mais espaço", destacou.

Segundo a comandante da patrulha Maria da Penha, o primeiro passo que deve ser realizado em caso de violência doméstica é o registro do boletim de ocorrência, seguido de um pedido de medida protetiva. Ela ressaltou ainda a importância do atendimento humanizado.

"Após recebermos o pedido da medida protetiva, realizamos o atendimento em conjunto com uma equipe formada por três policiais militares. Os profissionais vão até a residência e realizam o atendimento em que são colhidas todas as informações necessárias para o prosseguimento do caso", disse a coronel Maria Augusta.

Durante a discussão as mulheres presentes também receberam cartilhas e folhetos com informações sobre as várias formas de violência, assim como os meios de denúncias. Foram discutidos ainda projetos como a confecção de banners com informações e a realização de outras ações nas comunidades em favor do combate à violência contra a mulher.